

Cartografias de resistência: mapeamento de iniciativas decoloniais digitais no Brasil por meio do Design da Informação

Cartografías de resistencia: mapeo de iniciativas decoloniales digitales en Brasil a través del Diseño de la Información

Resistance Cartographies: mapping of digital decolonial initiatives in Brazil through Information Design

Elígia Filgueiras de Freitas, Mayara Soares de Magalhães, Cecília da Fonte Alves,
Amanda Gomes do Nascimento, Renata Amorim Cadena

decolonialidade, tecnologias digitais, design de informação

Este artigo apresenta um mapeamento exploratório de iniciativas brasileiras que utilizam tecnologias digitais como forma de resistência às estruturas coloniais. O Design da Informação foi aplicado como ferramenta metodológica para organizar, categorizar e visualizar os dados. Os resultados, ainda parciais, evidenciam a centralidade de sujeitos historicamente marginalizados e apontam interseccionalidades entre raça, gênero e território. A concentração regional e as limitações da busca indicam os efeitos do colonialismo de dados e das desigualdades estruturais. O estudo contribui para o debate sobre design, tecnologia e decolonialidade, reforçando a necessidade de ampliar epistemologias plurais.

decolonialidad, tecnologías digitales, diseño de la información

Este artículo presenta un mapeo exploratorio de iniciativas brasileñas que utilizan tecnologías digitales como forma de resistencia a las estructuras coloniales. El Diseño de la Información se aplicó como herramienta metodológica para organizar, categorizar y visualizar los datos. Los resultados, aún parciales, evidencian la centralidad de sujetos históricamente marginados y señalan interseccionalidades entre raza, género y territorio. La concentración regional y las limitaciones de la búsqueda revelan los efectos del colonialismo de datos y de las desigualdades estructurales. El estudio contribuye al debate sobre diseño, tecnología y decolonialidad, reforzando la necesidad de ampliar epistemologías plurales.

decoloniality, digital technologies, information design

This article presents an exploratory mapping of Brazilian initiatives that use digital technologies as a form of resistance to colonial structures. Information Design was applied as a methodological tool to organize, categorize, and visualize the data. The preliminary results highlight the centrality of historically marginalized subjects and reveal interconnections between race, gender, and territory. Regional concentration and search limitations indicate the effects of data colonialism and structural inequalities. The study contributes to the debate on design, technology, and decoloniality, reinforcing the need to expand plural epistemologies.

1 Introdução

Toda história é sobre poder (Adichie, 2019). A história da humanidade é regida pelo poder. Na contemporaneidade, esse poder não se limita ao acúmulo de bens ou territórios, mas estende-se ao controle e à produção de informação, um fenômeno aprofundado pelas dinâmicas do chamado capitalismo de vigilância¹ (Zuboff, 2019).

Em um cotidiano mediado por tecnologias digitais, a maior parte dos brasileiros permanece conectada, em média, por mais de nove diárias (Abranet, 2023). E, por estarmos submetidos a essas telas de forma imersiva, podemos inadvertidamente estar internalizando as mensagens explícitas e implícitas dos seus códigos-fonte² em nossas relações sociais.

Essas tecnologias, em sua maioria, não são projetadas por pessoas que reflitam as diversidades locais, como raça, gênero, classe social, entre outras, o que contribui para o esvaziamento crítico de suas construções. Frequentemente, concebidas em ambientes acríticos, reprodutores de opressões vinculadas à lógica colonizadora. Um exemplo são os casos de racismo algorítmico mapeados por Tarcízio Silva (2023), como o ocorrido em setembro de 2024, quando o Instagram associou termos relacionados a drogas com mulheres negras, bloqueando buscas pela palavra "negra" com aviso contra tráfico.

A tecnologia digital, portanto, não apresenta neutralidade em relação ao projeto moderno-colonial. Mignolo (2017) argumenta que a colonialidade, a lógica de desumanização de povos do Sul Global postos à margem pelo sistema colonial está ligada, de forma indissociável, ao próprio surgimento da Modernidade³, perpetuando opressões como machismo, racismo, LGBTfobia e xenofobia.

Contudo, a colonialidade não age sem resistência. Desde o período colonial, populações submetidas ao sistema mobilizam estratégias próprias contra a dominação, buscando rupturas e libertação. No campo dos estudos decoloniais, é fundamental distinguir ao menos três movimentos de enfrentamento: descolonização, que se refere às lutas de independência para eliminar influências coloniais nas estruturas políticas, econômicas e culturais; decolonialidade, que propõe uma postura contínua de transgressão, desafiando marcas coloniais ainda presentes na sociedade (Walsh, 2009); e contracolonialidade, que rejeita a ideia de uma colonização única e reivindica modos de existência autônomos baseados nos saberes afropindorâmicos (Bispo dos Santos, 2023). A atitude decolonial nasce do espanto diante do horror da colonialidade, traduzindo-se em um posicionamento crítico e ativo para afirmar a vida daqueles mais afetados (Maldonado-Torres, 2008).

¹ O capitalismo de vigilância é um modelo econômico que utiliza dados extraídos das interações digitais dos usuários para criar produtos preditivos e lucrativos, frequentemente sem consentimento explícito. Segundo Zuboff (2019), essa lógica parasitária subordina bens e serviços à modificação de comportamento, gerando assimetrias de poder que ameaçam a liberdade e a autonomia individuais.

² O código-fonte é o conjunto de instruções escritas em uma linguagem de programação que define como um programa ou sistema computacional deve funcionar.

³ Segundo Mignolo, a Modernidade começou com a colonização do tempo e do espaço, impulsionada pelo livre comércio após a Revolução Gloriosa de 1688, incluindo o tráfico de pessoas escravizadas para os países colonizados pelos europeus (Mignolo, 2017).

Nesse sentido, Hui (2020) defende a necessidade de decolonizar as tecnologias usando seus próprios meios, adaptando a atitude contra a lógica colonial para subverter o sistema. Decolonizar exige reconhecer a tecnologia não apenas como produto da lógica colonial, mas como uma ferramenta potente para resistir e transformar essa lógica.

A partir dessa perspectiva, este estudo tem como objetivo realizar um mapeamento exploratório de iniciativas digitais brasileiras que, de diferentes formas, promovem resistência às estruturas coloniais com ênfase em perspectivas locais e comunitárias. O recorte privilegia iniciativas que articulam tecnologias digitais na promoção da inclusão, autonomia e justiça social para grupos historicamente marginalizados.

É importante destacar que, embora o presente estudo dialogue teoricamente com o potencial emancipatório do Design da Informação (DI) enquanto campo estratégico de mediação simbólica (SBDI, 2020; Rawsthorn, 2024), seu uso aqui refere-se à sua aplicação metodológica pelas pesquisadoras no processo de sistematização, categorização e visualização dos dados coletados. O levantamento não teve como intuito identificar, nas iniciativas mapeadas, o uso sistemático ou declarado de práticas de DI como ferramenta de resistência informacional. Ainda assim, acreditamos que os resultados possam abrir caminhos para que outros pesquisadores explorem oportunidades de dismantelar as estruturas coloniais, utilizando práticas projetuais que valorizem epistemologias não-hegemônicas.

A pesquisa, de caráter exploratório, foi realizada na disciplina “Fundamentos e Experimentações em Design de Informação” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O processo metodológico incluiu a construção de um banco de dados vivo, hospedado na plataforma Notion⁴, para catalogar e divulgar os dados, que destaca como essas iniciativas enriquecem o panorama tecnológico de forma contra-hegemônica. Dessa forma, o artigo propõe uma reflexão inicial sobre os desafios e possibilidades de articular o Design da Informação com agendas decoloniais, reconhecendo as limitações da abordagem adotada e apontando caminhos para pesquisas futuras que aprofundem essa interface.

2 A atitude decolonial, transformação social e autonomia

A colonialidade, enquanto lógica estrutural da Modernidade, se instaura através da universalização do saber e por relações de dominação que afetam todas as dimensões da vida, moldando as formas de ser, saber e poder. Conforme Mignolo (2019), ela representa o lado obscuro da Modernidade, perpetuando desigualdades nas esferas ontológica, epistêmica e política.

A colonialidade do poder, segundo Quijano (2005), legitima hierarquias por meio da classificação racial e étnica. No campo do saber, opera o genocídio epistêmico, com a marginalização sistemática de epistemologias não eurocêntricas. Já a colonialidade do ser,

⁴ Disponível em: <<https://cartografiasderesistencia.notion.site/>>.

discutida por Fanon (2008), evidencia os impactos psicossociais da desumanização colonial (Lima *et al.*, 2022).

Desde os primeiros momentos de invasão e sequestro de territórios, os povos subjugados resistiram a essas estruturas, protagonizando formas diversas de enfrentamento. Em resposta às múltiplas expressões da colonialidade, a decolonialidade surge como projeto ético-político que busca reumanizar sujeitos marginalizados, valorizar histórias silenciadas e possibilitar uma pluriversalidade de saberes (Walsh, 2009).

Ao promover a transformação social, as práticas decoloniais desestabilizam hierarquias opressivas e comprometem campos como a educação, a tecnologia e o design com a promoção da emancipação coletiva e a pluralidade epistêmica. Como ressalta bell hooks (2020), essa libertação é um processo contínuo, que demanda engajamento crítico frente à persistência da mentalidade colonizadora. Para Curiel (2020), tais perspectivas articulam uma crítica às relações entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, enquanto constroem alternativas plurais baseadas em saberes locais, indígenas, afrocentrados e feministas.

3 Repensar a tecnologia sob a perspectiva decolonial

A tecnologia pode assumir um potencial decolonizador quando reconhecida como um campo de multiplicidade. Para Hui (2020), superar a noção de uma tecnologia universal é essencial para enfrentar as dinâmicas coloniais que perpetuam desigualdades ontológicas e epistemológicas. Esse reposicionamento exige ultrapassar a crítica ao eurocentrismo, evidenciando como essas assimetrias se materializam nas arquiteturas de bancos de dados, algoritmos e interfaces.

Noble (2022) reforça essa perspectiva ao afirmar que, ao identificar os “códigos-fonte” da opressão, torna-se possível reorientar práticas tecnológicas, rompendo com estruturas de poder e preservando a alteridade. O reconhecimento da tecnodiversidade⁵, a valorização de saberes locais e epistemologias não hegemônicas, é central nesse processo.

Mais do que um instrumento capitalista ou entidade neutra, a tecnologia pode ser entendida como um espaço de disputa e contestação simbólica. Como destaca Hui (2020), é nas camadas técnicas, como algoritmos e bases de dados, que os alicerces do eurocentrismo se cristalizam, exigindo intervenções que subvertam tais estruturas. Ao rejeitar sua condição estritamente instrumental, a tecnologia passa a operar como plataforma para preservar a diferença, essa abordagem fomenta respostas sensíveis à pluriversalidade, desestabilizando lógicas hegemônicas.

Além disso, a perspectiva decolonial desafia o modelo capitalista de produção tecnológica orientado exclusivamente para o lucro e a mais-valia. Ressignificar o papel da tecnologia implica concebê-la como ferramenta de resistência e reconfiguração social, incorporando

⁵ Tecnodiversidade é a existência de múltiplas “cosmotécnicas” locais, não uma tecnologia universal, essenciais para superar crises globais (Hui, 2020).

saberes não-modernos, como os provenientes de práticas indígenas, afrocentradas e outras epistemologias subalternizadas.

4 Design de Informação como atitude de resistência

O Design da Informação (DI) é uma área do Design cujo propósito é a definição, planejamento e configuração do conteúdo de uma mensagem e dos ambientes em que ela é apresentada, atendendo às necessidades informacionais dos destinatários e promovendo eficiência comunicativa (SBDI, 2020). Nesse sentido, o DI tem potencial para resistir às estruturas coloniais, pois envolve a negociação de sentidos atribuídos aos artefatos de informação. Seu objetivo é gerenciar a relação entre pessoas e sistemas simbólicos, garantindo que a construção dos significados ocorra de forma mais alinhada às intenções comunicativas.

A potencialidade decolonial do DI se constitui na democratização do acesso à informação e valorização dos interesses dos destinatários. Ao priorizar a construção de significados pelos sujeitos, em vez de relegar esse processo às tecnologias de reprodução da informação, o DI reforça a agência de criadores e usuários. Dessa forma, considerando que tais agentes possuem perfil humanista, pode-se argumentar que o DI apresenta um potencial significativo para perspectivas decoloniais.

Ao centrar-se nas necessidades informacionais dos destinatários, essa prática pode ser utilizada para subverter narrativas coloniais, ao tornar visíveis os saberes historicamente marginalizados. Nesse sentido, ao configurar conteúdos de maneira intencional, o DI pode abrir caminhos para epistemologias diversas e estratégias de resistência, alinhando-se aos princípios contra-hegemônicos.

Alice Rawsthorn (2024) reforça essa perspectiva ao defender que o design deve ser uma prática engajada e responsiva às necessidades específicas das comunidades. Esse enfoque propõe um afastamento das normas homogêneas impostas pelo colonialismo e fomenta práticas que priorizam o contexto local e as identidades culturais. Assim, o DI, ao atuar de maneira situada, pode questionar e desconstruir estruturas hegemônicas, promovendo práticas inclusivas e solidárias.

A reflexão crítica sobre a função das práticas cotidianas, como defende hooks (2020), é essencial para ações transformadoras, sendo o pensamento crítico uma ferramenta poderosa para reimaginar o design como prática emancipatória. Pensar é uma ação que envolve formular perguntas e buscar respostas, unindo teoria e prática. O pensamento crítico é fundamental para compreender a vida e é essencial para integrar o DI a uma educação e comunicação comprometidas com a justiça social e a resistência ao sistema colonial.

Além disso, o DI pode atuar como mediador entre a complexidade dos dados e a simplicidade das narrativas acessíveis, democratizando o acesso à informação. Essa abordagem torna os dados compreensíveis e fomenta a conscientização sobre as relações de poder subjacentes, destacando os impactos da colonialidade em diversas esferas. Em um

cenário de crescente vigilância e manipulação informacional, essa prática torna-se ainda mais relevante para promover a autonomia dos indivíduos e comunidades.

Por fim, assumindo uma postura crítica e engajada, o DI transforma-se em uma ferramenta política e social. Não atende somente às demandas de comunicação, também se torna um aliado estratégico para projetar futuros alternativos à colonialidade. Assim, ao adotar uma atitude que combina pensamento crítico e engajamento local, o design reforça sua posição como agente de mudança e resistência ao colonialismo.

5 Mapeando a atitude decolonial por meio das tecnologias digitais

Esta pesquisa, de caráter exploratório e com resultados parciais, teve como objetivo mapear iniciativas brasileiras que utilizam tecnologias digitais como formas de resistência à colonialidade com foco sobre práticas de comunidades historicamente marginalizadas, incluindo povos indígenas, populações negras, mulheres, LGBTQIA+ e outros grupos minorizados.

Adotou-se a abordagem qualitativa, combinando levantamento de dados, análise descritiva e construção de um banco de dados digital. O processo incluiu a definição de termos e palavras-chave representativas das práticas decoloniais e do uso de tecnologias digitais (Tabela 1). As buscas foram realizadas em fontes online de fácil acesso, como Google, Instagram e sites institucionais, complementadas pela estratégia de amostragem bola de neve, com apoio de recomendações de redes colaborativas.

Para assegurar a relevância dos dados, foram estabelecidos critérios de inclusão: iniciativas idealizadas e ativas no Brasil, com ênfase nos últimos dez anos (permitindo exceções para casos relevantes anteriores a esse período), que tenham presença digital e informações sobre localidade, tipo de tecnologia, objetivos e histórico. Foram excluídas iniciativas sem abordagem decolonial explícita, descontinuadas ou que utilizassem tecnologia apenas como meio de divulgação, sem envolvimento em processos de desenvolvimento, apropriação ou resistência tecnológica.

Tabela 1: Termos pré-definidos para busca e mapeamento das iniciativas.

Área de interesse	Termos para busca e mapeamento
Decolonial	contra-hegemônico; decolonial; descolonial; contracolonial; práticas decoloniais; decolonialidade; povos e comunidades tradicionais; comunidades marginalizadas; povos originários; indígenas; quilombolas; mulheres; negros; minorias; trabalhadores; opressão; marginalização; comunidade LGBTQIAPN+.
Tecnologia digital	soberania digital; tecnologia local; tecnologia digital; programação; algoritmo; tecnologia; inteligência artificial.

O processo de seleção seguiu uma lógica intencional e iterativa, permitindo ajustes e calibração dos aspectos de seleção durante a catalogação, *feedback* obtido em contato com especialistas ou comunidades também foram incorporados ao longo do processo. As iniciativas pré-selecionadas foram organizadas em uma base de dados no Notion, permitindo uma sistematização progressiva. As informações coletadas incluíram: descrição geral, eixo temático, localização geográfica, tipo de presença digital, ano de criação, discurso decolonial, formas de atuação e, quando disponível, formas de contato.

A análise dos dados concentrou-se em uma abordagem descritiva, buscando sistematizar e apresentar as principais características das iniciativas mapeadas. Essa escolha metodológica visou organizar as informações de modo a oferecer um panorama preliminar sobre o tema, sem avançar para inferências causais ou interpretações aprofundadas. A categorização temática e o uso do Design da Informação na organização e visualização dos dados favoreceram a identificação de padrões e tendências iniciais.

6 Resultados e discussões

Os resultados obtidos a partir deste mapeamento exploratório configuram um panorama inicial sobre como diferentes grupos no Brasil vêm mobilizando tecnologias digitais em práticas alinhadas a perspectivas de resistência à colonialidade. No total, foram identificadas 66 iniciativas, das quais 32 atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos e foram catalogadas para compor a amostra analisada nesta etapa inicial.

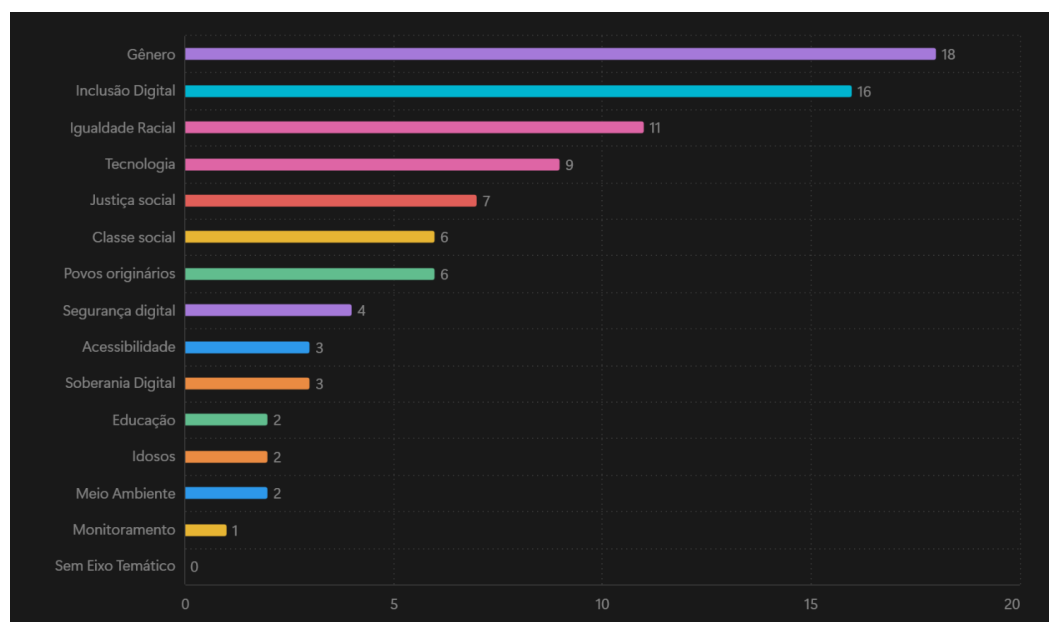
Tabela 2: Lista de iniciativas catalogadas

Iniciativas catalogadas			
1. Pajubá Tech	9. Tecnogueto	17. Django Girls Brasil	25. MariaLab
2. Código Não-Binário	10. MIA (Mulheres em IA)	18. PyLadies Brasil	26. Olabi
3. Semear Digital	11. Transborda 60+	19. Jovens Hackers	27. Lapin
4. Programadores do Amanhã	12. Rede Transfeministas de Cuidados Digitais	20. Fly - Mulheres in Tech	28. Movimento Black Money
5. Deficiência Tech	13. Programaria	21. Reprograma	29. InspirAda
6. Afroya Tech	14. Baobáxia	22. Minas Programam	30. InfoPreta
7. Kanindé	15. Pretalab	23. MapBiomass	31. Cl4ndestina
8. InfoCria	16. Vedetas	24. Coding Rights	32. Kanindé

Como produto desse processo, foi desenvolvido um site no Notion intitulado "Cartografias de Resistência"⁶, onde as iniciativas foram organizadas e apresentadas por eixos temáticos, dados geográficos e representações gráficas dos principais achados. O processo de estruturação desse ambiente digital foi orientado pelos princípios do Design da Informação (DI), entendido aqui como um campo de atuação projetual voltado à mediação simbólica entre dados e públicos diversos (SBDI, 2020).

As iniciativas mapeadas articulam-se em múltiplos eixos temáticos, refletindo intersecções de raça, gênero, território e acesso à tecnologia. A expressiva presença de iniciativas destinadas a mulheres e pessoas negras, como pode ser observado na Figura 1, reflete as formas pelas quais gênero e raça operam como marcadores centrais na produção e no acesso às tecnologias (Benjamin, 2019; hooks, 2020). Essa mobilização se concretiza, sobretudo, na criação de espaços que promovem o engajamento sociopolítico e o fortalecimento das comunidades envolvidas.

Figura 1: Distribuição dos eixos temáticos

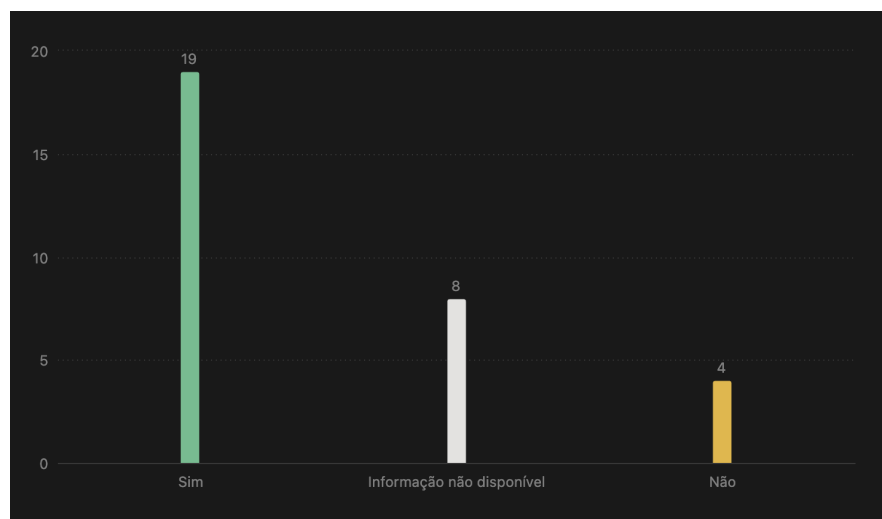


O protagonismo de mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e comunidades indígenas apontam para uma apropriação crítica e estratégica das tecnologias digitais, que deixam de ser tratadas como ferramentas neutras para se constituírem enquanto mediadoras de processos de resistência e produção de subjetividades. A tecnologia é ressignificada como campo de disputa simbólica e material, onde coletivos subvertem suas lógicas hegemônicas em favor de práticas emancipatórias e de reexistência, alinhadas a agendas identitárias (Hui, 2020; Noble, 2022).

⁶ Disponível em <<https://cartografiasderesistencia.notion.site/>>.

A expressiva presença de mulheres na liderança das iniciativas reafirma os argumentos de bell hooks (2020) sobre o papel central das mulheres nas lutas contra as múltiplas formas de opressão. Observamos que 19 das iniciativas selecionadas foram idealizadas ou são conduzidas por mulheres (Figura 2), essas lideranças impulsionam a reconfiguração do campo tecnológico, historicamente marcado por dinâmicas excludentes, como espaço para contestação e construção de gramáticas de poder alternativas.

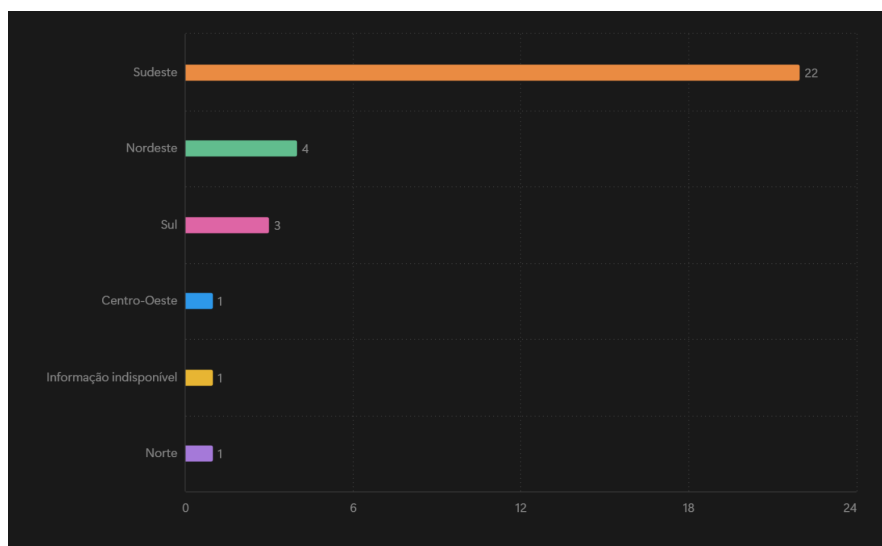
Figura 2: Distribuição das iniciativas fundadas ou conduzidas por mulheres



Ainda que o termo “decolonial” não seja explicitamente utilizado pela maioria das iniciativas, os discursos e práticas observadas manifestam uma clara recusa à lógica eurocentrada, operando como contra-narrativas que amplificam o acesso à tecnologia ao explorar diferentes níveis de sua apropriação, desde a produção de conteúdos acessíveis até a criação de infraestruturas digitais próprias. No geral, as iniciativas mapeadas operam como formas concretas de enfrentamento à colonialidade do ser, do saber e do poder. Embora os impactos sociais dessas ações não tenham sido objeto de análise nessa fase, seus formatos de atuação já evidenciam tensionamentos com as lógicas hegemônicas.

A concentração geográfica das iniciativas na Região Sudeste, com 22 das 32 iniciativas mapeadas, ressalta a persistência de desigualdades estruturais historicamente produzidas pela colonialidade do poder. Essa assimetria territorial pode ser reforçada pelos mecanismos do colonialismo de dados, operado pelos próprios filtros algorítmicos das plataformas utilizadas na coleta (Cassino *et al.*, 2021). Como destaca Noble (2022), a invisibilização de determinadas regiões pode ser um efeito direto da lógica extrativista e seletiva que estrutura os sistemas de busca e ranqueamento de informações.

Figura 3: Distribuição das iniciativas por região

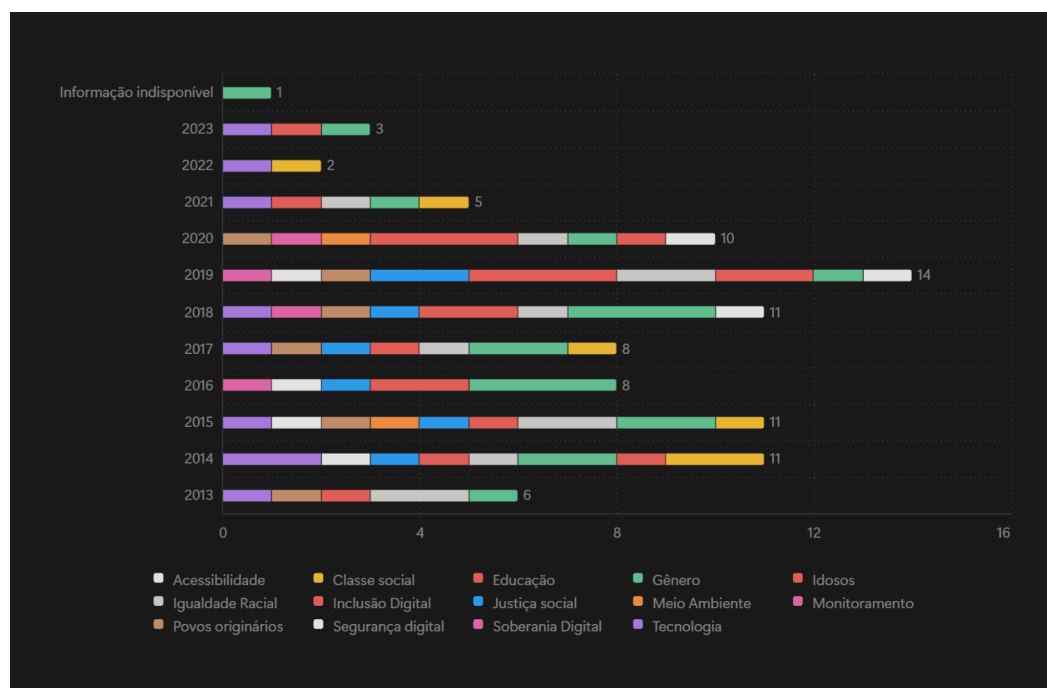


Diante da ausência de registros oriundos de regiões historicamente invisibilizadas, em especial a Região Norte, adotamos uma estratégia metodológica adicional, combinando a amostragem em bola de neve, com apoio de redes colaborativas, e buscas geograficamente direcionadas. Essa escolha visou atenuar os efeitos do colonialismo de dados na representação territorial das iniciativas. Ainda assim, os resultados permaneceram limitados, refletindo os desafios estruturais e informacionais típicos das regiões periféricas.

Embora o viés algorítmico seja uma hipótese relevante, fatores como infraestrutura tecnológica precária, baixo capital social e dificuldade no acesso a financiamentos também devem ser considerados como condicionantes para a maior invisibilidade dessas iniciativas. Essa percepção reforça a necessidade de aprofundar a investigação, incorporando estratégias metodológicas capazes de mitigar essas barreiras, como a adoção de processos participativos e a realização de mapeamentos comunitários, nos quais as próprias comunidades assumam a catalogação e visibilização de suas práticas. Adicionalmente, sugere-se diversificar as fontes de dados para ampliar a representatividade territorial e epistêmica da pesquisa, enfrentando as limitações impostas pelos filtros algorítmicos e pela lógica centralizadora que caracteriza o capitalismo informacional.

No contexto das limitações estruturais e informacionais, observamos o crescimento de iniciativas voltadas à inclusão digital no período recente, com destaque para os anos de 2019 e 2020, conforme ilustrado na Figura 5. Esse aumento parece estar associado ao contexto da pandemia de Covid-19 e à intensificação da digitalização de serviços públicos e privados no Brasil, dados do CETIC (2021) mostram que o acesso à internet avançou de 71% dos domicílios brasileiros em 2019 para 83% em 2020, totalizando cerca de 61,8 milhões de lares conectados. No entanto, esse crescimento quantitativo não eliminou as desigualdades estruturais de acesso e qualidade da conexão, demonstrando a persistência de barreiras socioeconômicas e territoriais que atravessam os processos de digitalização e reafirmam as dinâmicas da colonialidade do acesso e da informação. Essa realidade reforça a importância de políticas e práticas que considerem também a qualidade, relevância cultural e sustentabilidade a longo prazo na expansão do acesso à internet, em consonância com a crítica à lógica de mercado que, de forma sistemática, marginaliza determinados grupos sociais.

Figura 5: Distribuição dos eixos temático por ano de fundação



Em síntese, os resultados parciais evidenciam que é possível identificar um movimento articulado de resistência à colonialidade. As iniciativas catalogadas, ainda que diversas em suas estratégias e níveis de atuação, compartilham o compromisso de ampliar a visibilidade de grupos historicamente silenciados e na construção de espaços de autonomia informacional. Esse esforço coletivo, revela uma ação intencional voltada à subversão das dinâmicas excludentes que moldaram o acesso, produção e circulação da informação no Brasil.

7 Considerações finais

Os resultados apresentados não pretendem oferecer um diagnóstico conclusivo: seu mérito reside em contribuir para a sistematização de um inventário inicial de iniciativas que, por meio da apropriação crítica das tecnologias digitais, desafiam *status quo* e propõem alternativas ao projeto moderno-colonial no Brasil. Essa sistematização, mediada pelo Design da Informação, busca ampliar a visibilidade das iniciativas selecionadas e os debates sobre tecnodiversidades, epistemologias situadas e os usos do design como prática projetual atitudinal e socialmente engajada.

As interseccionalidades de raça, gênero e território, destacam desigualdades estruturais historicamente condicionadas pela colonialidade do poder e do saber. A centralização de infraestrutura tecnológica na Região Sudeste, aliada à lógica de indexação e visibilidade das informações, possivelmente reproduziu vieses regionais e socioeconômicos, refletindo limitações contextuais e metodológicas que restringem a capacidade de representar a diversidade territorial e epistêmica das práticas decoloniais em tecnologia brasileiras. Ferramentas como o Google e o Instagram, utilizadas como fontes desta pesquisa, operam com filtros algorítmicos que priorizam determinados territórios e perfis institucionais, o que contribui para a invisibilização de iniciativas de regiões periféricas ou com menor presença digital.

Apesar das limitações, inerentes ao caráter exploratório do mapeamento, o estudo abre caminhos teórico-práticos para incorporar a perspectiva decolonial no campo do Design e da tecnologia. Estende o debate sobre a interseção entre esses domínios e a decolonialidade, destacando a necessidade de abordagens críticas diante de práticas projetuais e sistemas digitais. Ao adotar a tecnodiversidade e a colonialidade como referenciais, a pesquisa reforça a urgência de questionar estruturas de poder, promovendo o fortalecimento e a legitimação de saberes locais e não-hegemônicos. Demonstra, ainda, que o Design da Informação pode ser empreendido como dispositivo crítico capaz de tensionar narrativas coloniais, inscritas em algoritmos e estruturas de poder hegemônicas, ao promover a visibilização de vozes frequentemente marginalizadas pelo discurso dominante.

Nesse sentido, sustenta-se que, em sociedades "dataficadas"⁷, a visualização de dados pode constituir uma prática ética e decolonial, desde que se comprometa com a produção e disseminação de informações qualificadas, verificáveis e orientadas à promoção da diversidade, mesmo frente aos vieses presentes nas tecnologias digitais.

⁷ O termo refere-se ao processo de transformação de aspectos da vida social em dados quantificáveis e rastreáveis por meio de tecnologias digitais (Mayer-Schönberger & Cukier, 2013).

Como ressalta bell hooks (2020), ao refletir sobre a pedagogia de Paulo Freire, “não podemos entrar na luta como objetos para depois nos tornarmos sujeitos”. Reconhecer, nomear e amplificar vozes silenciadas pelas estruturas coloniais constitui-se como ato de resistência e um passo fundamental para a construção de futuros mais justos, plurais e inclusivos. Ao mapear e valorizar tais iniciativas, essa pesquisa reafirma o compromisso do Design com a emancipação e a autonomia coletiva, contribuindo para a abertura de novos horizontes sociais e epistemológicos.

Para futuras investigações, recomenda-se a ampliação deste mapeamento por meio de colaborações com laboratórios de pesquisa em Design da UFPE, como o Cuida (Coletivo de Iniciativas em Design e Antropologia) e o Visse (Laboratório de Visualização e Sentidos), assim como o incentivo à realização de estudos similares com metodologias que aprofundem a interface entre Design da Informação, decolonialidade e tecnodiversidade, explorando abordagens participativas.

Agradecimento

O presente trabalho foi desenvolvido em disciplina na Pós-Graduação em Design na UFPE ministrada em 2024 por Solange Coutinho e Renata Cadena, e deixamos nossos agradecimentos às professoras.

Referências

- Abranet. Brasil é o 2º no mundo em tempo de tela: 9h32 por dia. (2023). Disponível em <https://www.abranet.org.br/Noticias/Brasil-e-o-2ºBA-no-mundo-em-tempo-de-tela%3A-9h32-por-dia-4453.html?UserActiveTemplate=site>.
- Adichie, C. N. (2019). O perigo de uma história única. Companhia das Letras.
- Benjamin Ruha. (2019). Race after technology: Abolitionist tools for the new Jim Code. Polity Press.
- Bernardo-Costa, J; Torres, N; Grosfoguel, R (org.). (2018). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Cassino, J. F; Souza, J; Silveira, S. A (orgs.). (2021) Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. Autonomia Literária.
- Cetic. (2021). Cresce o uso de internet durante a pandemia e número de usuários no Brasil chega a 152 milhões, aponta pesquisa do CETIC.br. Disponível em <https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuario-s-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/>.
- Dussel, E. (1984). Filosofía de la producción. Nueva América.
- Escobar, A. (2016). Autonomía y diseño: la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca.
- Fanon, F. (2008). Pele negra, máscaras brancas. EDUFBA.

- hooks, b. (2020). Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Elefante.
- Hui, Y. (2020). Tecnodiversidade. Ubu Editora.
- Krenak, A. (2022). Futuro ancestral. Companhia das Letras.
- Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. In: Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n.9, p. 61-72, jul./dic. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Noble, S. U. (2021). Algoritmos da Opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Trad. Felipe Damorim. Editora Rua do Sabão.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Lander, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina.
- Rawsthorn, A. (2024). Design como atitude. Ubu Editora.
- Santos, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- Sociedade Brasileira de Design da Informação (SBDI). (2020). Disponível em <http://www.sbdI.org.br/definicoes>
- Torres, N. M. (2007). On the colonality of being. In: Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, p. 240-270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>
- Zuboff, S. (2019). Surveillance capitalism and the challenge of collective action. In New labor forum (Vol. 28, No. 1, pp. 10-29). Sage CA: Los Angeles, CA: sage Publications.
- Walsh, C. Interculturalidade crítica e educação intercultural. 2009. (Conferência apresentada no Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz).

Sobre as autoras

Elígia Filgueiras F., Mestranda, UFPE, Brasil, <eligiafilgueiras@gmail.com>

Mayara S. Magalhães, Mestranda, UFPE, Brasil, <mayara.magalhaes@ufpe.br>

Cecília da Fonte A., Doutoranda, UFPE, Brasil, <cecilia.alves@ufpe.br>

Amanda G. Nascimento, Mestranda, UFPE, Brasil, <amanda.gomesnascimento@ufpe.br>

Renata A. Cadena, Doutora, UFPE, Brasil, <renata.cadena@ufpe.br>